

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO
DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSAIOS EM ÁGUAS,
EFLUENTES, LAMAS E RESÍDUOS**

PRC/2025/026/LAB/CP

CADERNO DE ENCARGOS

FEVEREIRO DE 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar cujo objeto consiste na prestação, pelo adjudicatário, de serviços de Ensaio em águas, efluentes, lamas e resíduos, com observância das especificações técnicas constantes dos **Anexos I e II** ao presente Caderno de Encargos.
2. A presente prestação de serviços contempla Ensaio físico-químicos, microbiológicos e biológicos nas seguintes matrizes (conforme Anexo II do presente Caderno de Encargos):
 - a) Águas de Consumo Humano;
 - b) Água Natural Doce (superficial e subterrânea);
 - c) Águas Residuais (Efluentes tratados e não tratados);
 - d) Lamas;
 - e) Resíduos (Inertes e não perigosos).
3. A quantidade total de ensaios por parâmetro, a efetuar no período do contrato (descritos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos), é estimada, podendo sofrer alterações, em função de variações nos planos de monitorização, como resultado de alterações legislativas e/ou regulamentares, Recomendações da Entidade Reguladora do sector ou legislação aplicável ao sector, sem que haja alteração dos valores unitários acordados.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato tem a duração de 3 (três) anos, a contar da data de aposição da última assinatura digital, ou em alternativa, quando os pagamentos realizados ao Adjudicatário perfaçam o valor de 475.345,22 € (quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos), consoante o evento que primeiro ocorra.
2. São, também, estabelecidos como vinculativos todos os prazos fixados no **ANEXO I** do presente caderno de encargos para receção de amostras, entrega de resultados ou emissão de resultados, entre outros.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:
- a) Ser um Laboratório acreditado;
 - b) Executar os serviços identificados na sua proposta;
 - c) Garantir o cumprimento dos serviços de acordo com as especificações técnicas constantes neste Caderno de Encargos e seus Anexos;
 - d) Cumprir o programa de ensaios de monitorização enviados mensalmente, via e-mail, pelo Laboratório da AdCL, em ficheiro excel com formato próprio, ao Adjudicatário;
 - e) Realizar os ensaios solicitados, cumprindo os métodos de ensaio, técnicas analíticas e unidades definidas nas requisições de análises e enviadas diariamente via e-mail;
 - f) Cumprir os prazos de execução do serviço conforme indicado Anexo I do presente Caderno de Encargos
 - g) Apresentar os relatórios de ensaio de cada uma das amostras ensaiadas, de acordo com os prazos definidos no **Anexo I** e unidades definidas no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos;
 - h) Executar a prestação de serviços que lhe for adjudicada, tal como descrito no presente Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - i) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido na prestação de serviços venha a ter acesso;
 - j) Cumprir e garantir o cumprimento pelos seus trabalhadores do disposto no Regulamento para Fornecedores.

2. Os serviços referidos no número anterior compreendem a prestação de serviços objeto do presente contrato, que deve ser realizada em conformidade com as especificações técnicas definidas nos **ANEXOS I e II** ao presente caderno de encargos.
3. É também da responsabilidade do adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que não resultem da própria natureza da prestação de serviços, sejam sofridos por terceiros, em consequência do modo de execução da prestação dos serviços, da atuação do pessoal do adjudicatário ou dos seus subcontratados, fornecedores e tarefeiros e do deficiente comportamento ou da falta de segurança dos trabalhos, materiais e equipamentos.
4. O adjudicatário obriga-se a comunicar à AdCL todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da sua ocorrência.

Cláusula 5ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento para Fornecedores, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos constantes no Anexo I do RG.01 – Regulamento para Fornecedores, a submeter a aprovação da AdCL.
2. A AdCL analisa os documentos referentes ao n.º I no prazo máximo de 10 dias, comunicando por escrito, ao adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir / complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
3. O início da execução do contrato só pode ocorrer após a validação integral dos documentos exigidos no n.º I, por parte da AdCL

SUBSECÇÃO I

SERVIÇOS

Cláusula 6.ª

Enquadramento

1. A monitorização da qualidade da água captada e fornecida, dos efluentes tratados e devolvidos ao meio recetor, assim como dos subprodutos gerados nos diversos processos de tratamento, exige a realização periódica de um conjunto de ensaios, definidos na legislação em vigor e em planos operacionais

elaborados com base no histórico e em análises de risco. O Laboratório da AdCL, não tem implementados todos os ensaios necessários ao cumprimento destes requisitos, de modo que se torna obrigatória a contratação externa de um conjunto de parâmetros, que nos permitem assegurar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

2. No **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos apresenta-se a lista estimada dos ensaios a realizar, bem como as características mínimas de desempenho (norma de ensaio, unidades de apresentação dos resultados, incerteza estimada, limite de quantificação). Na ausência de um método analítico que satisfaça todas as características de desempenho exigidas, o adjudicatário deve garantir que o ensaio é realizado utilizando as melhores técnicas disponíveis aceites para este setor, sem envolver custos excessivos.

Cláusula 7.^a

Âmbito e especificações dos serviços a prestar

1. A prestação de serviços que se pretende contratar integra os ensaios e quantidades estimadas constantes no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos.
2. A AdCL reserva-se ao direito de não executar a prestação de serviços para todos os ensaios previstos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, sendo apenas faturados os trabalhos efetivamente realizados e não conferindo ao Adjudicatário qualquer direito a indemnização, nomeadamente os previstos nos artigos 379.º a 381.º do CCP.
3. O adjudicatário, no âmbito desta prestação de serviços, obriga-se a efetuar os ensaios previstos, respeitando o enquadramento legal.
4. Previamente à execução dos trabalhos, a AdCL envia ao adjudicatário uma requisição de análises, em formato próprio, contendo as amostras a analisar em cada dia e os respetivos ensaios a efetuar.
5. O acesso às infraestruturas será sempre acompanhado por pessoal da AdCL.
6. A AdCL reserva-se o direito de a qualquer altura da execução do contrato proceder à ação fiscalizadora sobre os trabalhos.

SUBSECÇÃO II

DEVER DE SIGILO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AdCL, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12.O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13.O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.ª

Conservação de dados pessoais

- 1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
- 2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.ª

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ADCL

Cláusula 13.^a

Preço contratual e Preços Base Unitários

1. Sem prejuízo do preconizado na cláusula 3.^a do presente caderno de encargos, pela prestação dos serviços objeto do contrato e cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AdCL deve pagar ao adjudicatário os preços unitários contratuais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Os preços unitários referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte ou manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas no presente caderno de encargos, o Adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º I do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.
4. Os preços base unitários, são os constantes do **ANEXO II** do Caderno de Encargos
5. As quantidades apresentadas no **ANEXO II** do presente caderno de encargos são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação dos preços contratuais máximos, do presente procedimento.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela AdCL, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos relatórios de ensaio referidos na alínea g) do n.º I da Cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos.

3. Em caso de discordância por parte da AdCL, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto I da presente Cláusula, as faturas devem ser\ apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299º-B do CCP,\ o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o conseqüente não reconhecimento das obrigações.
6. Caso exista necessidade de envio de documentos financeiros em formato PDF, o mesmo deverá ser efetuado, exclusivamente, para o endereço eletrónico: f.fornecedores.adcl@ADP.PT
7. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdCL não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 16.ª

Organização e gestão da informação

1. Compete ao adjudicatário organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para fornecer e realizar as tarefas solicitadas, no âmbito da prestação de serviços, dando especial atenção ao cumprimento de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025:2005;
2. O adjudicatário deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo de qualidade e das quantidades associadas à execução dos trabalhos, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.
3. As comunicações entre a Águas do Centro Litoral, S.A. e o Adjudicatário deverão ser realizadas por um único interlocutor técnico, em língua portuguesa, através do email: lab.adcl@adp.pt ou outro a indicar na celebração do contrato;
4. Para amostras não programadas, ou seja, não constantes do programa de ensaios de monitorização enviados mensalmente pelo Laboratório da AdCL, a AdCL deverá solicitar o serviço, com uma antecedência mínima de 48h da data de colheita de amostra. O Adjudicatário deverá assegurar o levantamento das amostras, para realização das determinações analíticas constantes do **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, nas instalações da AdCL, no Laboratório da ETA da Boavista, em Coimbra e o seu transporte até às suas instalações, garantindo a conservação das amostras conforme as especificações estabelecidas nos métodos de ensaio acreditados;
5. As determinações analíticas de amostras não programadas serão faturadas de acordo com os preços unitários da proposta e serão também cumpridos os prazos de entrega de resultados estabelecidos para as amostras programadas;
6. Para garantia do cumprimento dos planos de monitorização analítica, no ato de receção das amostras, o Adjudicatário deverá validar as amostras recebidas face às requisições de ensaios enviadas pela AdCL. Em caso de deteção de desvios, os mesmos deverão ser comunicados de imediato (por email), à AdCL.
7. O adjudicatário deverá dispor de meios informáticos que permitam o registo de todos os dados e elementos necessários e suficientes à descrição dos trabalhos realizados.
8. Sempre que houver alteração de versões de documentação técnica relevante o adjudicatário deve informar no prazo máximo de 5 dias o laboratório da AdCL da mesma alteração.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 17.^a

Sanções contratuais

1. A AdCL reserva-se o direito de não efetuar o pagamento, total ou parcial, de quaisquer serviços que sejam prestados pelo Adjudicatário em contravenção com o Caderno de Encargos.
2. A penalidade referida no número anterior aplica-se também à não elaboração e entrega pelo adjudicatário de quaisquer documentos, previstos no Caderno de Encargos, relativos a serviços prestados no âmbito do Contrato, ainda que esses serviços tenham sido efetuados nos termos do Caderno de Encargos.
3. Sem prejuízo das disposições previstas no CCP, para o efeito e direito de resolução do contrato, pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos estabelecidos nos números seguintes.
4. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdCL pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços objeto do contrato, até 10% do valor do preço contratual do serviço em causa;
 - b) Pela deficiente execução dos serviços objeto do presente contrato, até 10% do preço contratual do serviço em causa;
 - c) Pela não realização de algum dos ensaios requisitados, poderá ser aplicada uma coima entre 2500 € e € 44 890, em cumprimento da legislação em vigor
5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a AdCL pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor global do contrato.
6. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%

7. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º I, relativamente aos serviços cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
8. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdCL tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
9. A AdCL pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
10. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a AdCL exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte da AdCL

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a AdCL pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente atraso total ou parcial, na realização dos serviços objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdCL.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AdCL que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 21.^a

Caução

É dispensada a prestação de caução por parte do adjudicatário.

Cláusula 22.^a

Seguros

1. O adjudicatário é responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
2. O adjudicatário deverá assegurar a cobertura, através de contratos de seguro do risco de Responsabilidade Civil, a vigorar até à data de fim da prestação de serviços.
3. A AdCL pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.^a

Deveres de informação

- I. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 25.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

- I. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso de alteração de qualquer laboratório subcontratado designado na sua proposta, o adjudicatário tem de submeter à apreciação da AdCL, com antecedência mínima de 5 dias úteis, os certificados e demais documentos que atestem o laboratório a subcontratar, ser detentor das credenciações necessárias para cumprimento da legislação aplicável respetivamente a cada parâmetro.

Cláusula 26.^a

Modificação Objetiva do Contrato

- I. Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 27.^a

Comunicações e notificações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o fornecedor relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 28.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 30.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações do adjudicatário:

- I.1** Fornecer o material e as instruções para a colheita das amostras, garantindo que os frascos de colheita cumprem, para cada parâmetro, as especificações estabelecidas nos métodos de ensaio, no que se refere ao tipo de material, volume e metodologia de conservação da amostra.
- I.2** Entregar o material para a colheita de amostras nas instalações da AdCL, sitas no Laboratório da ETA da Boavista, em Coimbra, com 1 (um) mês de antecedência à data prevista para a colheita das amostras;
- I.3** Assegurar o transporte, em ambiente controlado, das amostras programadas nos planos de monitorização analíticos, desde o Laboratório da AdCL, sito na ETA da Boavista, em Coimbra, até ao Laboratório do Adjudicatário, garantindo a conservação das amostras conforme as especificações estabelecidas nos métodos de ensaio acreditados;
- I.4** Efetuar as determinações analíticas previstas no **ANEXO II** deste Caderno de Encargos, com métodos de ensaio acreditados ou preferencialmente acreditados, nas amostras programadas nos planos anuais de monitorização, confirmados mensalmente pelo Laboratório da AdCL ao Adjudicatário e de acordo com os métodos de ensaio, técnicas analíticas e unidade definidas na requisição de análises e enviadas diariamente via e-mail em formato próprio da AdCL.
- I.5** Apresentar os resultados das determinações analíticas cumprindo as especificações deste Caderno de Encargos (unidades de apresentação dos resultados, limites de quantificação e incertezas).

2. PARÂMETROS E MÉTODOS DE ENSAIO

2.1 No caso dos parâmetros incluídos no Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto (ou posteriores alterações que venham a ser publicadas), o laboratório do Adjudicatário, ou subcontratado, deverá estar reconhecido como **APTO** pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para análise de águas de consumo.

2.2 Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, as características de desempenho dos métodos analíticos, para cada parâmetro, devem cumprir, no que se refere a Limite de Quantificação e Incerteza, com os requisitos estabelecidos nos seguintes referenciais normativos:

- a) Dec. Lei 236/98 de 1 de agosto, Dec. Lei 83/2011 de 20 de junho para Água Captação Subterrânea, Água Captação Superficial e Água Superficial;
- b) Dec. Lei 69/2023 de 21 de agosto (ou posteriores alterações que venham a ser publicadas) para Água consumo humano;
- c) Dec. Lei 83/2011 de 20 de junho para Água Residual (Efluente final);
- d) PRTR – Nota explicativa da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – Janeiro de 2016 para Água Residual (Efluente final);
- e) Dec. Lei 236/98 de 1 de agosto, Dec. Lei 218/2015 de 7 de outubro e Dec. Lei 83/2011 de 20 de junho para águas naturais.
- f) Dec. Lei 276/2009 de 2 de outubro para Lamas;
- g) Dec. Lei 183/2009 de 10 de agosto para Resíduos;
- h) Dec. Lei 119/2019 de 21 de agosto para água para reutilização;
- i) Diretiva 2024/3019 de 27 de novembro para Águas Residuais Urbanas - DARU
- j) Outra Legislação aplicável às águas de consumo humano, naturais e residuais.

2.3 Sempre que o Adjudicatário necessite de subcontratar parâmetros do âmbito da sua Acreditação, deverá assegurar a prévia autorização da AdCL.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE ENSAIOS

- 3.1** Na apresentação dos resultados devem ser garantidas as especificações técnicas exigidas no **ANEXO II**. Em caso de alteração da legislação aplicável deverá ser garantido o cumprimento das exigências regulamentares, particularmente no que diga respeito ao cumprimento do Limite de Quantificação, Exatidão, Precisão e Incerteza dos métodos.
- 3.2** Para os parâmetros referidos no número anterior, os resultados terão de ser apresentados nas unidades especificadas no **ANEXO II**, ou outras que venham a ser acordadas entre as partes, e apresentar o enquadramento relativamente aos valores limite estabelecidos, nomeadamente aos Valores Paramétricos (VP), ou outros que venham a ser estabelecidos pelo adjudicante.
- 3.3** Deverá existir a possibilidade de envio de boletins provisórios, com os resultados parciais de uma amostra, sempre que solicitado.
- 3.4** Na apresentação de resultados (Boletins de Ensaio), a identificação das amostras deverá estar de acordo com a requisição de ensaios do adjudicante. O nº de amostra AdCL, a designação do ponto de colheita e o tipo de produto devem corresponder ao que foi enviado pelo adjudicante na respetiva requisição de análise.
- 3.5** O Adjudicatário dará acesso à AdCL a uma plataforma digital de disponibilização de resultados analíticos com capacidade de exportação de ficheiros Excel, para o carregamento compatível dos resultados analíticos na plataforma informática de gestão do Laboratório da AdCL.

4. PRAZO DE ENTREGA DOS RESULTADOS DAS ENSAIOS

- 4.1** Sem prejuízo do descrito na Recomendação ERSAR 05/2018 e demais legislação aplicável às águas destinadas ao consumo humano e naturais, deverão ser cumpridos os seguintes prazos para os parâmetros descritos no **Anexo II**:
- Águas de consumo e naturais – 15 dias úteis;
- Águas residuais – 15 dias úteis;
- Lamas e resíduos - 20 dias úteis;
- 4.2** Ainda em relação aos parâmetros do **ANEXO II**, no caso de se verificar uma violação aos Valores Paramétricos (Dec. Lei 69/2023 de 21 de agosto ou posteriores alterações que venham a ser publicadas), e ser necessária uma análise de verificação ao incumprimento, os tempos de entrega de

resultados deverão ser inferiores aos descritos no ponto anterior e conforme as recomendações da ERSAR.

- 4.3** No que concerne aos resultados relativo a águas de consumo, o Adjudicatário avisará no prazo de 24h, a AdCL, por correio eletrónico, sempre que detete algum valor, em algum parâmetro, que ultrapasse os Valores Legais/normativos estabelecidos no Dec. Lei 69/2023 de 21 de agosto e de forma a cumprir o descrito na Recomendação ERSAR nº 05/2018.

5. REPETIÇÃO DE ENSAIOS

- 5.1** Sempre que não seja possível a realização de um parâmetro, ou grupo de parâmetros, devido a erros ou acidentes cuja responsabilidade seja imputável ao adjudicatário, os ensaios dessa amostra deverão ser repetidos sem encargos adicionais para a AdCL.
- 5.2** No caso de parâmetros pertencentes ao Controlo de Inspeção (CI), do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) das águas de consumo, a não realização de um parâmetro, por razões imputáveis ao adjudicatário, implicará a repetição de todos os parâmetros planeados para essa amostra conforme previstos no PCQA (ou seja, Rotina 1 + Rotina 2 + Controlo de Inspeção), sem encargos adicionais para a AdCL.
- 5.3** À semelhança do descrito no ponto anterior, no caso dos parâmetros pertencentes aos Contratos de Concessão das águas naturais ou às Licenças de Descarga das Águas residuais, a não realização de um parâmetro, por razões imputáveis ao adjudicatário, implicará a repetição de todos os parâmetros dessa amostra, sem encargos adicionais para a Águas do Centro Litoral.

6. REQUISIÇÃO DE ENSAIOS

- 6.1** A requisição de ensaios por parte da AdCL é enviada ao adjudicatário em modelo/formato próprio da AdCL. Caso existam modelos/formatos específicos de requisição por parte do adjudicatário, o preenchimento dos mesmos é da sua responsabilidade.
- 6.2** De forma a assegurar o prosseguimento dos ensaios e o cumprimento dos planos, no ato de receção das amostras, o Adjudicatário deverá validar as amostras recebidas face às requisições de análises entregues pela AdCL. Em caso de deteção de desvios, os mesmos deverão ser comunicados de imediato (por telefone) a Entidade Adjudicante, e a seguir por e-mail. Caso não o faça, e o previsto não seja cumprido, poderá ser solicitada uma repetição do conjunto de análises dessa amostra, sem encargos para a AdCL podendo ser aplicadas penalidades, conforme definido na **Cláusula 15.^a** do presente Caderno de Encargos

ANEXO II

LISTAS DE ENSAIOS A REALIZAR/QUANTIDADES ESTIMADAS/PREÇOS BASE UNITÁRIOS

A lista de ensaios a realizar é especificada no ficheiro “*Lista de ensaios.pdf*” disponibilizada em anexo ao presente caderno de encargos.